

Afogamento num tonel de chucrute

Considerações sobre a prática jornalística a partir de duas notas internacionais

Tomás Eon Barreiros
Faculdade Internacional de Curitiba

Índice

1	Uma curiosa nota internacional	2
2	Critérios de noticiabilidade	3
3	Falhas na informação	7
4	A “verdade” da notícia	12
5	Conclusão	14
6	Referências	15

Resumo

O presente artigo analisa aspectos da produção jornalística a partir da análise de duas notas internacionais sobre o mesmo tema (o afogamento de uma senhora em um tonel de chucrute). O artigo analisa, especialmente: critérios de noticiabilidade, a importância relativa dos valores-notícia, as possibilidades de falhas no processo de elaboração de uma notícia e o conceito de verdade no Jornalismo. Propõe o conceito de *verdade jornalística* como realidade socialmente aceita a partir da publicação de notícias pelos jornais.

1 Uma curiosa nota internacional

Quando era editor da seção internacional do diário Indústria & Comércio, em Curitiba, onde comecei minha carreira jornalística, tinha entre minhas responsabilidades receber, selecionar e editar as notícias internacionais para publicação no jornal. Era o ano de 1996, quando eu ainda cursava o último ano da faculdade. Em meio à lide diária, eu procurava questionar quais os critérios de seleção de uma matéria. Na faculdade de Jornalismo, víamos um tanto superficialmente os conceitos de valor-notícia – na prática, entretanto, conforme eu podia observar no comportamento dos colegas, a seleção era quase inteiramente intuitiva, ou seja, cada editor selecionava as matérias de acordo com o que “julgava” ser importante, sem parar para pensar sobre os critérios que norteavam esse juízo.

Já naquela época de estudante e “foca” (termo do jargão jornalístico para designar jornalista principiante), eu me questionava sobre a real importância das notícias que os meios de comunicação divulgavam. Qual a utilidade delas para o público?

Essa pergunta veio à tona de modo bastante cogente quando recebi uma curiosa nota da agência Associated Press (AP), datada de 19/03/96 às 13h36min. O teor da nota, identificada como *VINAGRETE/MORTE*, era o seguinte (a grafia está exatamente como no original):

BUDAPESTE, 19 (AP) – Uma mulher de 80 anos identificada apenas como Juliana, de origem húngara, morreu na aldeia de Ebes, a 160 quilômetros desta capital, ao cair num barril com repolho em molho vinagrete.

Ao que parece, a anciã debruçou no barril para apanhar uma colher do tradicional condimento e sentiu uma tonteira, provavelmente devido ao forte odor do molho. Ela caiu no barril e morreu afogada. Pouco depois os vizinhos encontraram o bisneto de Juliana chorando no pátio e foram descobrir o corpo da anciã. O acidente ocorreu no domingo. LOL 19/03/96 13:36

Apesar da tragédia noticiada, sorri instintivamente. A princípio, pareceu-me absurdo que tal fato merecesse ser noticiado para o mundo. Qual o valor-notícia associado ao fato?

2 Critérios de noticiabilidade

A professora Gislene Silva (2005) fez um estudo das diferentes concepções e definições de noticiabilidade e valores-notícia em diversos teóricos, elaborando uma proposta de sistematização dos critérios de noticiabilidade. Segundo esses critérios, a notícia em questão poderia interessar por encaixar-se nas categorias *Tragédia/Drama* (dentro da qual a autora inclui os atributos: *Catástrofe, Acidente, Risco de morte e Morte, Violência/Crime, Suspense, Emoção, Interesse humano*) e *Raridade (Incomum, Original, Inusitado)*.

Morte é tema de interesse permanente – mas milhares de pessoas morrem todos os dias, dos mais variados modos e causas. Obviamente, aquela morte, tão distante do leitor brasileiro e curitibano, tinha algo de inusitado – afinal, quem um dia soube de alguém que tenha morrido nessas condições? Claro está também que a tragédia em questão – como em geral acontece – tinha algo de cômico. Portanto, a dedução forçosa: os valores-notícias associados ao fato eram “morte” e “inusitado”. Para o público curitibano, um fator de desinteresse era a distância. Pesquisa realizada em 2006 por mim e pela jornalista Cleide de Paula (Barreiros; Paula: 2007) com leitores da Gazeta do Povo, de Curitiba (principal diário do Paraná), indica o valor *proximidade* como o que mais interesse suscita no leitor. Nem cogitei em publicar a notícia, mesmo porque, ademais, o Indústria & Comércio era especializado em economia, negócios e política.

Diversos teóricos tratam dos critérios de noticiabilidade de um fato. Dentre os incontáveis acontecimentos que se sucedem a cada dia, os jornais precisam selecionar aqueles que devem ser noticiados. Esses critérios se aplicam em diferentes fases da produção da notícia. Gislene Silva afirma:

É no percurso dessa longa cadeia produtiva da notícia que devemos investigar a rede de critérios de noticiabilidade, compreendendo noticiabilidade (newsworthiness) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (2005: 96)

Partindo dessa idéia, a autora estabelece “instâncias ou conjuntos diferenciados de critérios de noticiabilidade”, que assim apresenta:

- a) na origem dos fatos (seleção primária dos fatos / valores-notícia), considerando atributos próprios ou características típicas, que são reconhecidos por diferentes profissionais e veículos da imprensa; (b) no tratamento dos fatos, centrando-se na seleção hierárquica dos fatos e levando-se em conta, para além dos valores-notícia dos fatos escolhidos, fatores inseridos dentro da organização, como formato do produto, qualidade do material jornalístico apurado (texto e imagem), prazo de fechamento, infraestrutura, tecnologia etc, como também fatores extra-organizacionais direta e intrinsecamente vinculados ao exercício da atividade jornalística, como relações do repórter com fontes e públicos; (c) na visão dos fatos, a partir de fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade, que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores. Esses conjuntos, com certeza, não funcionam de modo isolado. Na prática da produção noticiosa, todos esses critérios variados de noticiabilidade atuam concomitantemente. (2005: 96)

Inicialmente, o jornalista que apura as informações para transformá-las em notícias precisa considerar qual o grau de interesse de determinado fato. A noticiabilidade ou não de um fato está relacionada a diversos fatores, como os muito bem apontados por Silva. Para um jornalista que apura um fato e escreve uma notícia a ser divulgada por uma agência noticiosa internacional, há a dificuldade do desconhecimento do público-alvo – nesse caso, torna-se importante a existência de alguns critérios mais objetivos que justifiquem a transformação de um fato em notícia. Entretanto, é claro que o processo de elaboração da notícia numa grande agência internacional está ligado a diversos outros fatores, como os interesses econômicos e ideológicos em torno dela, já que, por assim dizer, boa parte do mundo verá aquele fato com os olhos do jornalista que o descreveu.

No jornalismo factual, a utilidade da informação para o leitor poderia ser considerada um guia para a determinação se um fato deve ou não ser noticiado. E utilidade aqui não tem apenas o sentido de suprir uma necessidade prática concreta. A utilidade da informação, de acordo com Clóvis Barros Filho (2001: 137) corresponde, dentro das pesquisas de comunicação de massa, ao estudo dos usos e gratificações que encontra o receptor em consumir este ou aquele produto midiático a ele oferecido. Barros Filho cita estudo de Elihu Katz sobre as necessidades dos consumidores de jornal que se mantiveram privados de acesso ao periódico, durante duas semanas, por razão de uma greve de entregadores de jornal em Nova York. Katz identificou: “A obrigação so-

cial de ler um jornal (ligada ao prestígio social de consumir este ou aquele produto) e, conseqüentemente, de sentir sua ausência, e a falta de diversão e entretenimento foram os itens mais mencionados pelos entrevistados” (*apud* Barros Filho: 2001). Katz concluiu que a utilidade prática da informação é um fator determinante da leitura – mas a utilidade prática maior estava na inserção social possibilitada pela leitura de jornal.

A já citada pesquisa realizada por mim e Paula para apurar a utilidade do jornal *Gazeta do Povo* para seus leitores levantou dados que levaram a uma conclusão bastante semelhante à da pesquisa de Katz. Assim apresentamos as conclusões iniciais:

De posse dos dados levantados, conclui-se que a utilidade prática do jornal impresso para os entrevistados contempla especialmente a interação social. “Ter assuntos para comentar com os colegas” foi a principal utilidade apontada pelos leitores que responderam ao questionário.

Lazarsfeld e Merton (1948), em estudo sobre as funções dos meios de comunicação de massa, afirmaram que os meios servem para “reforço do prestígio para os que se adaptaram à necessidade e ao valor socialmente difundido de serem cidadãos bem informados” (*apud* Wolf, 2003, p. 57).

A importância da interação social proporcionada pela leitura do jornal foi identificada também em muitas respostas dos entrevistados na pesquisa qualitativa, num resultado semelhante ao encontrado por Katz (*apud* Barros Filho, 2001, p. 139). (Barreiros; Paula, 2007: 66).

Portanto, o conteúdo da notícia parece não ter tanta importância quanto o simples fato de ela estar apresentada no jornal. É esse o principal fator que lhe agrega importância! Ou seja: mais do que um fato virar notícia por ser realmente importante, a realidade maior é que um fato toma importância por ser transformado em notícia. Eliseo Verón chega a afirmar, em obra na qual comenta o acidente da central nuclear de Three Mile Island, nos Estados Unidos, e sua repercussão na mídia, que “Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram prontos em qualquer lugar na realidade e cujas propriedades a mídia nos faz conhecer depois: eles não existem senão na medida em que a mídia os fabrica” (s/d: 7-8). Ou seja, mais ainda do que dizer que o fato não está na mídia porque é importante, mas é importante porque está na mídia, ele sustenta que o fato só existe porque está na mídia (tema do qual voltaremos a tratar adiante).

Em suma, o que determina se um fato deve ou não ser noticiado é um conjunto de fatores mais ou menos subjetivos, em diferentes fases da produção jornalística. No caso concreto da notícia sobre a senhora húngara, sua não-publicação deveu-se basicamente à linha editorial do jornal, que não contemplava a divulgação de uma notícia daquela natureza.

Seria de se supor que cada jornal publicasse ou não determinadas notícias de acordo com o que efetivamente interessa ao seu leitor específico. Entretanto, é de se observar que quase sempre esse suposto conhecimento que o jornalista acredita ter em relação ao seu leitor é muito mais uma idéia intuitiva. A realidade é que os jornalistas, efetivamente, via de regra têm muito pouco conhecimento sobre seu público. Michael Kunczik cita estudos que denunciam o problema. Dentre os que defendem que o jornalista tem uma falsa imagem do público, Kunczik relaciona Donsbach, Kunz, Bogardt e MacQuail. Estudo realizado na Alemanha junto aos leitores revelou:

Normalmente se sabe muito pouco sobre o público. Muitos dos jornalistas que manejavam as notícias não tinham a menor idéia a respeito do seu público. Compensavam essa deficiência orientando-se pelos colegas e/ou especialistas. Uma comparação da imagem que os jornalistas da imprensa tinham de seus leitores com os resultados de uma pesquisa de opinião pública (cf. Kunz, 1967: 68) demonstrou que as suposições dos jornalistas não correspondiam de maneira nenhuma ao verdadeiro comportamento dos leitores, mas que eram claramente distorcidas pela idéia de que ao leitor só interessava o entretenimento leviano e sensacionalista (*apud* Kunczik, 2001: 191).

Embora tanto a pesquisa citada quanto a obra de Kunczik não sejam tão recentes, é bem possível que a constatação continue válida.

Dessas considerações em torno de noticiabilidade, pode-se então concluir:

1. A noticiabilidade de um fato está condicionada a um sem-número de fatores. Embora diversos teóricos tenham analisado valores-notícia com base na análise daquilo que é noticiado, na realidade, a decisão sobre a noticiabilidade ou não de um fato depende não só de suas características, mas de condições ligadas ao veículo que divulga a informação, às características do jornalista e ao público-alvo.
2. A atribuição de noticiabilidade levando-se em conta o interesse do público leitor baseia-se muito mais na intuição do jornalista que produz a notícia

do que num real conhecimento que este tenha em relação aos interesses do público.

3. Embora talvez seja ousado demais sustentar que qualquer fato possa ser noticiado – bastando, para que seja “notícia”, que apareça nos jornais –, há indicadores consistentes de que a importância maior do fato é ele ser noticiado, independentemente de sua importância “intrínseca”. Acontecem, por exemplo, incontáveis casos de pais que matam filhos barbaramente, mas o caso do casal Nardoni é mais importante porque apareceu na mídia (e não apareceu na mídia por ser mais importante que os outros, mas porque algum jornalista decidiu que ele deveria ser noticiado do modo como foi).

3 Falhas na informação

Voltando à redação do Indústria & Comércio... Ainda estava digerindo minhas idéias sobre a nota da AP quando chegou outro despacho, desta vez da Agência France Press (AFP), identificada com as palavras-chave *Hungria-chucrute*. O texto dizia:

IDOSA MORRE AFOGADA EM TONEL DE CHUCRUTE
BUDAPESTE, 19 mar (AFP) – Uma mulher de 80 anos morreu afogada em um tonel de chucrute em Ebes (Leste da Hungria), informa esta terça-feira o jornal húngaro “Nepszabadsag”.

A mulher, uma romena de origem húngara que visitava parentes na Hungria, ficou tonta quando se aproximou do tonel, onde caiu, afogando-se no chucrute que estava fermentando.

A vítima foi encontrada pelos vizinhos, que ouviram o choro de sua neta de três anos e que a acompanhava. bij/sb

A leitura da segunda nota provocou novas reflexões. Se eu questionava o fato de uma grande agência internacional divulgar tal notícia para o mundo, duas então... era uma supervalorização do fato. Mais interessante, entretanto, eram outras constatações possíveis a partir da comparação das duas notas. Com os dados de ambas, é possível montar uma tabela comparativa, como segue.

Com base no quadro comparativo acima, é possível fazer algumas considerações interessantes. Em primeiro lugar, há lacunas e divergências informativas. A nota da AP responde às seis clássicas perguntas do lide, enquanto a

Informações	AP	AFP
Quem?	Uma mulher de 80 anos, identificada apenas como Juliana, de origem húngara	Uma mulher de 80 anos, romena de origem húngara
O quê?	Morreu	Morreu
Quando?	No domingo	(Informa esta terça-feira)
Onde?	Na aldeia de Ebes, a 160 quilómetros de Budapeste	Em Ebes (Leste da Hungria)
Como?	Debruçou no barril para apanhar uma colher do tradicional condimento, sentiu sentiu uma tonteira devido ao forte odor do molho e caiu no barril	Ficou tonta quando se aproximou do tonel, onde caiu afogando-se afogando-se no chucrute que que estava fermentando
Por quê?	Afogou-se	Afogou-se
	num barril de repolho em molho vinagrete	em um tonel de chucrute
Quem a encontrou?	Vizinhos	Vizinhos
Quem chorava?	O bisneto de Juliana	A neta de três anos que a acompanhava
Fonte da informação	?	O jornal húngaro “Nepszabadsag”
Outra informação	—	Visitava parentes na Hungria

da AFP não informa exatamente o “quando” – apenas diz que o jornal húngaro informou o fato na terça-feira, mas não diz quando o fato ocorreu. No entanto, o “quem” da notícia não está adequadamente informado. Nenhuma das notas relata o nome completo da vítima – a nota da AP informa apenas o primeiro nome, dizendo tratar-se de uma mulher de origem húngara, enquanto

a AFP diz ser uma romena de origem húngara. Quanto à fonte, a AFP deixa claro que extraiu a notícia de um jornal local – ou seja, para a produção da nota, não houve propriamente um trabalho de apuração, mas apenas a reprodução das informações coletadas por outro veículo. A AP não informa a fonte. Nesse caso, seria de se supor que um jornalista da agência tivesse apurado os fatos, o que é difícil de acreditar, dadas as lacunas informativas da nota: que jornalista apuraria uma notícia sem sequer ter o cuidado de levantar um dado tão básico como o nome completo do personagem da notícia? O uso do participio passado (“identificada”) que evita a identificação de um sujeito passivo constitui-se numa técnica (“muleta”) para esconder a omissão do repórter. “Identificada” por quem?

Juntando-se os dados de ambas as notas, seria possível criar uma informação ainda incompleta, mas com mais dados. Entretanto, seria impossível saber quem acompanhava a senhora: seu bisneto (AP) ou a neta de três anos (AFP)? É forçoso constatar que uma das duas notas tem erro de informação – a não ser que a vítima estivesse acompanhada tanto de seu bisneto quando de sua neta de três anos, e ainda assim haveria omissão. Ora, alguém poderá alegar que é dado irrelevante. Não, não é. Se o fato, a juízo dos jornalistas que o relataram, mereceu ser noticiado, ou é construído com os dados corretos, ou é mentiroso. Se dados “menos relevantes” podem ser noticiados com erro, como confiar em relatos com dados “mais relevantes”? (Entre aspas, pois essa relevância é relativa – para familiares da senhora húngara que eventualmente lessem a notícia certamente seria importantíssimo saber a verdade). Quem confiaria sua fortuna a uma pessoa que tem por hábito roubar alguns trocados de vez em quando?

As duas agências noticiosas gozam de credibilidade. Seu material é reproduzido em centenas de veículos mundo afora. Entretanto, o longo caminho entre o fato e a notícia publicada no jornal, ao alcance do leitor, passa por diversas mediações, desde a primeira elaboração da matéria pelo jornalista que apurou os fatos até a versão final impressa na folha que chega às mãos do leitor. Como uma espécie de “telefone sem fio”¹, esse longo caminho gera distorções. Ainda mais levando-se em conta que, no caso de muitos países (como no Brasil), há necessidade de tradução dos textos. E toda tradução, por definição, é sempre irremediavelmente infiel ao texto original. É provavelmente a tradução o que faz, por exemplo, uma nota afogar a vítima num tonel de chucrute e outra num

¹ Brincadeira infantil em que diversas crianças se colocam em roda ou em fila, e a primeira sussurra uma mensagem no ouvido da seguinte, que deve passar a mensagem adiante do mesmo modo, até a última da roda ou fila, comparando-se a mensagem inicial com a que foi recebida pela última criança. A graça da brincadeira está em constatar as enormes distorções que sempre acontecem no caminho da mensagem, que sempre chega ao final bastante alterada.

barril de repolho em molho vinagrete (na falta da palavra exata, um dos textos usa uma descrição), que, aliás, seria mais adequadamente chamada, em termos culinários, de “guarnição” do que de “condimento” (“codimento”, com erro de grafia, na nota da AP). São imprecisões lingüísticas que alteram o conteúdo da informação.

A propósito, um dado apontado pela AP carrega a nota de um sentido diferente em relação ao relato da AFP. A AP diz que “a anciã debruçou no barril para apanhar uma colher do tradicional codimento”, enquanto a AFP simplesmente afirma que ela “ficou tonta quando se aproximou do tonel”. A senhora teria sido vítima de um descuido accidental, de sua curiosidade (aproximou-se do barril para ver o que ele continha) ou de sua fome ou vontade de comer o chucrute? A causa da morte foi curiosidade, gula ou imprudência dos produtores de chucrute que fizeram do barril uma quase-armadilha para a idosa? Nenhuma das notas informa, mas o relato da AP carrega o fato de uma conotação diferente: a pobre senhora teria sido afoita ao querer provar o chucrute antes da devida hora...

Por fim, é digno de nota que a AP utilize no texto as expressões “ao que parece” e “provavelmente”. Ora, o jornalista não deve informar objetivamente o que aconteceu? Não precisa apurar os fatos adequadamente antes de noticiá-los? Então, por que essas elucubrações? Se não é possível apurar os fatos tal como eles ocorreram, melhor é simplesmente relatar o fato: a mulher morreu afogada no tonel, sem fazer elucubrações sobre por que ela teria caído se não há dados suficientes para comprovar qualquer afirmação a respeito.

Tratando-se de uma notícia distribuída por agência internacional, as numerosas mediações dificultam a comprovação dos fatos, e não apenas para o leitor comum, mas até mesmo para o próprio jornalista do veículo que a recebe. Como editor da seção internacional do I&C, eu poderia ter decidido publicar a primeira nota e nem sequer ler a segunda entre as centenas que chegavam. A informação seria divulgada, mesmo que tivesse erro. E quantas notícias internacionais não terão sido publicadas pelo jornal com erros de informação? Não há como saber. E essas notícias estão lá, preto no branco. Se alguém precisar de alguma informação sobre um fato passado, poderá recorrer aos arquivos dos jornais. Poderá consultar diversos jornais com notícias semelhantes. Muitos terão as mesmas matérias originárias dos mesmos despachos de agências internacionais. Em muitos casos, esses relatos jornalísticos poderão ser a única fonte documental dos fatos noticiados. A veracidade dos fatos será atribuída a eles terem sido publicados. A esse respeito, é ilustrativo o seguinte trecho de José M. Wisnik:

Pela suposta literalidade da sua representação, ao contrário do carácter declaradamente ficcional da literatura, o jornal aproveita-se duplamente daquela boa (ou má) fé inerente à leitura, dada pelo fato de que queremos acreditar no que lemos, e embarcamos por princípio, mesmo quando armados de recuo crítico, em tudo que se apresente por escrito como crível (esta talvez seja, em tudo o que constitui o mundo do jornal, a ilusão mais difícil de perder). (1992: 335)

De passagem, convém citar aqui a questão do domínio da informação mundial levado a efeito pelos grandes conglomerados de mídia. A par dos problemas concretos de falhas na informação, há o domínio ideológico dos grandes conglomerados que dominam a difusão da informação em nível mundial. O tema é antigo. Diversos estudos vêm apontando o controle da informação por determinados grupos. Em 1981, Pedrinho Guareschi já alertava para o fato, citando diversos estudos importantes sobre o tema. Ismar de Oliveira Soares afirma a esse respeito que:

o controle da informação em nível global pertence aos que detêm o controle político e militar do mundo (Shiller, 1992, pp. 93-103).

Da maneira como se apresenta hoje, a condição da informação no mundo está em processo de ser organizada e administrada por mais ou menos uma dúzia de superconglomerados dos media culturais [...] (1996, p.23).

Embora não seja o objetivo deste artigo desenvolver este tema, não é possível descartá-lo quando se consideram as condições de produção de uma notícia, especialmente no que diz respeito às agências internacionais.

Feitas essas considerações, pode-se tirar delas algumas conclusões:

1. A notícia está sujeita a erros de informação, sejam eles intencionalmente provocados pelo seu autor, seja por falhas no seu processo de elaboração.
2. Esses erros efetivamente acontecem, e sua constatação é muito difícil para o leitor comum de um jornal. Também é difícil que o editor de um jornal consiga detectar tais erros, pois as agências cujos serviços são assinados pelo veículo gozam de credibilidade.
3. Erros de informação publicados num jornal tendem a fixar-se como um documento falso da realidade, ao menos para o observador não-especializado que recorra aos jornais para atestar a veracidade de algum fato noticiado.

4. A impossibilidade de se detectarem possíveis erros decorre também da própria natureza do trabalho jornalístico como obra do espírito humano, pois o erro é inerente a tudo que o ser humano, sempre falível, empreende no campo das ciências humanas.

4 A “verdade” da notícia

Partindo-se do que até agora se discutiu, cabe aqui a pergunta: como então saber se as notícias são “verdadeiras”? A discussão do tema é permanente. Ser “verdadeiro” é imperativo ético do jornalista – mas de que “verdade” se está falando? Há diferentes correntes teóricas na formulação de uma resposta. Orlando Tambosi (2007) resume as três principais teorias da verdade aplicáveis ao Jornalismo: 1) “a da verdade como “correspondência (ou conformidade, ou adequação)” (p. 37), assim explicada resumidamente: “De acordo com a teoria da correspondência, as afirmações procuram descrever como são as coisas no mundo, e tais afirmações serão verdadeiras ou falsas em função de as coisas serem realmente como elas dizem que são” (p. 37-38). Essa é, para Tambosi, a teoria mais adequada para o Jornalismo. As outras duas: 2) “a teoria da verdade como coerência (ou não-contradição)” (p. 37), que “entende que a verdade consiste em relações de coerência num conjunto de crenças” (p.38) – teoria descartada por Tambosi por sua perspectiva relativista, tendo em vista que ela considera verdadeiros os discursos coerentes entre si, o que leva a considerar verdadeiros inclusive discursos ficcionais, desde que coerentes – e 3) “a teoria pragmática da verdade” (p. 37), que “define a verdade em termos de utilidade, isto é, em termos daquilo que é desejável ou tem conseqüências úteis para aquele que crê na proposição tida como verdadeira” (p. 38), ou seja, “a crença verdadeira contribuirá para a utilidade e o êxito das ações” (p. 39) – “dito de outra maneira, as crenças verdadeiras *funcionam*” (p. 39). Tal teoria também é rechaçada por Tambosi, sob o argumento de que “o pragmatismo poderia nos levar a reconhecer que a proposição ‘a Terra é o centro do universo’ é verdadeira só porque, durante longo tempo, foi considerada útil” (p. 39).

Após apresentar os pontos fortes e débeis das três teorias, Tambosi conclui que, do ponto de vista epistemológico, a teoria da verdade como correspondência “é a teoria que melhor se aplica ao Jornalismo, que, pelo menos nesse sentido, está num campo epistemológico próximo ao das ciências, justamente por relacionar, tanto quanto estas, linguagem e realidade” (p. 47). Trocando em miúdos: o que um jornalista afirma é verdadeiro na medida em que corresponda à realidade dos fatos.

Luiz Amaral, por seu lado, em obra de 1996, já discute o conceito de verdade relacionado ao Jornalismo, defendendo a impossibilidade de se retratar nos veículos de comunicação uma realidade objetiva. Cita Hilton Japiassu, para quem, “Do ponto de vista epistemológico, nenhum ramo do saber possui a verdade. Esta não se deixa aprisionar por nenhuma construção intelectual.” (p. 46). Respondendo à pergunta: “a imprensa tem que dizer a verdade?” (p. 46), cita Walter Lippmann, lembrando que, para o jornalista americano, “a função da notícia é *sinalizar um evento*, enquanto a função da verdade é *trazer à luz os fatos escondidos e relacionar uns com os outros*. E só no caso em que as condições sociais assumem uma forma reconhecível e mensurável é que a verdade e a notícia coincidem.” (p. 47).

Quem, entretanto, “reconhece” e “mede” essas condições sociais? Sempre haverá um filtro subjetivo nas considerações dos fatos noticiados. A notícia é forçosamente produzida a partir de um ponto de vista, que é o daquele que a produz. Henry Luce afirmava: “Mostre-me um homem que pensa que é objetivo e eu lhe mostro um homem que está enganando ele próprio” (*apud* Amaral, 1996: 65).

Sustentar isso não significa necessariamente negar a existência de uma verdade absoluta. Richard Dawkins, em “O rio que saía do Éden”, ridiculariza a posição relativista que rejeita a existência da verdade absoluta: “Mostre-me um relativista cultural voando a 10 mil metros de altura e eu lhe mostrarei um hipócrita”, afirma ele (*apud* Dawkins, 2005: 35). É claro que a realidade sensível apresenta dados pragmaticamente confiáveis para cada um de nós. Viajo de avião porque sei que o avião voa (embora tenha medo de que ele caia, o que também sei que pode acontecer e efetivamente acontece com uma porcentagem ínfima dos vôos...). Trata-se, entretanto, de constatar que o relato jornalístico sempre será uma construção discursiva a partir da observação forçosamente subjetiva do jornalista. Mesmo quanto a dados concretos: se o jornalista diz que o carro que atropelou a vítima era um Gol vermelho, só posso ter certeza de que isto é verdadeiro na medida em que tenha uma confiança subjetiva no jornalista. Que, aliás, pode ser daltônico e não entender muito de automóveis – nesse caso, sendo bom jornalista, precisaria conferir de perto a marca do carro e perguntar a alguém qual sua cor, confiando, por sua vez, na palavra de quem lhe desse a informação.

Portanto, em oposição ao que defende Tambosi, parece mais adequado definir como critério de verdade para o Jornalismo uma verdade criada pelo próprio Jornalismo, a *verdade jornalística*: o que é afirmado como verdadeiro nas páginas dos jornais é efetivamente verdadeiro na medida em que é socialmente aceito como tal. A “realidade” retratada nos jornais pode ser uma

realidade criada pela própria condição de um fato ser noticiado – noticiar um fato pode modificar de tal modo a influência desse fato sobre a sociedade que a notícia torna-se uma realidade nova. Daí justificar-se a afirmação de Verón anteriormente citada.

No dia-a-dia, a *verdade jornalística* tem estes aspectos pragmático e consensual: serve como parâmetro nas relações sociais e aproxima-se assim da verdade como resultante “do consenso ou do acordo entre os indivíduos de uma determinada comunidade ou cultura” (Amaral, 1996: 45). Ou seja, do ponto de vista jornalístico, algo é verdadeiro porque foi fixado pela mídia e, a partir disso, aceito socialmente como tal.

5 Conclusão

As considerações levantadas a partir da análise das duas notas internacionais levam à conclusão de que há inúmeros fatores que condicionam a produção da notícia e a fazem distanciar-se da idéia de um relato objetivo da realidade. Desde a apuração dos fatos até a sua divulgação ao público em forma de notícia publicada num jornal, os caminhos percorridos para a apresentação do fato em forma de discurso jornalístico tornam contestável a afirmação de que o jornalismo apresenta um retrato fiel da realidade. Nesse sentido, a verdade no Jornalismo é uma verdade construída pelo próprio Jornalismo, de característica consensual e pragmática.

Embora a busca da verdade seja apresentada como imperativo ético para o jornalista, o processo de produção de uma notícia é condicionado por uma série de fatores que influenciam o tratamento do fato a ser transformado em notícia, desde sua apuração até que a notícia esteja disponível para o leitor nas páginas de um jornal. Esse longo processo, sujeito a muitas mediações, faz com que o relato de um fato apresentado nos jornais seja uma construção discursiva que, como fruto da elaboração do espírito, é eivada de uma subjetividade tal que não há como esperar que seja um retrato completamente fiel do que se pretende relatar.

Assim, mais adequado do que falar em uma realidade exterior às páginas dos jornais que nelas é reproduzida é considerar a realidade presente nas páginas dos jornais como uma realidade construída e tida como verdade porque assim é socialmente aceita.

6 Referências

- AMARAL, Luiz. A objetividade jornalística. Porto Alegre: Sagra – D. C. Luzzatto, 1996.
- BARREIROS, Tomás; PAULA, Cleide de. A utilidade do jornal para o leitor: pesquisa com leitores da Gazeta do Povo. In BARREIROS, Tomás; CASTRO, Alexandre; LIMA, Marcelo. Jornalismo – reflexões, experiências, ensino. V. 2. Curitiba: Pós-Escrito, 2007.
- BARROS FILHO, Clóvis. Ética na comunicação: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 2001.
- DAWKINS, Richard. O capelão do Diabo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Comunicação & poder – A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. 8a. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- KUNCZIK, Michael. Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: manual de comunicação. São Paulo: Edusp, 2001.
- SILVA, GISLENE. Valores-notícia: atributos do acontecimento. Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Disponível em: <http://posjor.ufsc.br/public/docs/141.pdf>.
- SOARES, Ismar de Oliveira. Sociedade da Informação ou da Comunicação? São Paulo: Cidade Nova, 1996.
- TAMBOSI, Orlando. Jornalismo e teorias da verdade. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 30, n. 1, janeiro/junho 2007.
- VERON, Eliseo. Construire L'événement – les médias et l'accident de Three Miles Island. Paris: Les Éditions de Minuit, s/d..
- WISNIK, José M. Ética. São Paulo: Vídeo Cultura, 1996.